

A Participação das IES no Processo de Inventariação Turística: o caso do Estado de Pernambuco.

Daniella Pereira de Souza Silva¹

Priscilla Carla Leite Marques²

Rosilei Montenegro³

Resumo

O inventário foi elaborado com o propósito de disponibilizar um instrumento padrão de pesquisa da oferta turística, seguindo as diretrizes propostas pelo Ministério do Turismo para todo o país. O Inventário de Pernambuco, segundo esta nova metodologia, vem demonstrar o quanto é necessária a presença dos turismólogos e estudantes de turismo nesta etapa do processo de planejamento, tanto para servir como aprendizado quanto para se poder apresentar habilidades desse profissional, que apenas no dia a dia de um trabalho como este, é possível despertar. O presente estudo não objetiva apresentar, discutir ou refletir sobre a execução deste projeto como um todo, pois seria impossível em apenas um artigo, mas permite suscitar algumas discussões sobre se é ou não possível conciliar as recomendações do MTur, que prevêem o engajamento das Instituições de Ensino no processo de inventariação, com as necessidades de um projeto de tamanha envergadura como foi o de Pernambuco, e ainda, quando o trabalho é licitado, com as limitações orçamentárias do projeto. Será possível observar que, apesar de haver muitos problemas, ainda assim é primordial a participação dos estudantes de turismo por ser esta uma oportunidade rara de aprendizado e de ampliação da rede de relacionamentos com o *trade* turístico.

Palavras-chave: Inventário turístico de Pernambuco. Instituições de ensino. Obstáculos à inventariação.

¹ Professora do Curso de Turismo da UFAL – Universidade Federal de Alagoas – Email: daniellapss@hotmail.com

² Professora do Curso de Turismo da Faculdade Metropolitana da Grande Recife – Email: priscillaclm@gmail.com

³ Professora e Coordenadora do Curso de Turismo da ESTÁCIO/FIR – Faculdade Integrada do Recife – Email: rmgro@uol.com.br

Introdução

Este artigo tem o intuito de discutir a metodologia proposta pelo Ministério do Turismo, segundo documento publicado em 2006, para o novo processo nacional de inventariação turística que sugere a inserção das Instituições de Ensino Superior (IES) com Curso de Turismo na atividade. O caso de Pernambuco será usado como base crítica para a reflexão acerca dos problemas e entraves ocorridos durante a realização do inventário no Estado. A partir da vivência da equipe gestora, composta em sua maioria, por turismólogos, percebeu-se a participação das instituições de ensino como um ponto a ser reavaliado na metodologia proposta.

O inventário turístico é uma ferramenta fundamental ao planejamento da atividade turística. Com ele, conhecem-se melhor as potencialidades e limitações do destino a ser planejado. Muitos dos modelos de planejamento turístico, entre eles o norte-americano e o PASOLP (apud BISSOLI, 2003), colocam o inventário turístico como uma das etapas iniciais. Para definir objetivos, metas e ações, fortalecendo o processo decisório dos planejadores e gestores do turismo, o inventário turístico consiste no principal instrumento, já que faz o levantamento de toda a situação atual da oferta turística da localidade.

O estado de Pernambuco possuía uma metodologia própria para a realização do inventário criada pela EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco e concebida entre os anos 1980 e 1989. Neste período, 89 municípios foram inventariados, contemplando todas as Mesorregiões do Estado: Litoral, Zona da Mata, Agreste e Sertão. A quase inexistente atualização deste inventário tornou obsoletas as informações. Com a nova metodologia do MTur, a partir do segundo semestre do ano de 2008 deu-se início ao processo de inventariação de 92 municípios considerados de interesse turístico em Pernambuco.

Coube a este órgão disponibilizar os formulários em suas oficinas de capacitação, de modo a unificar as informações relativas aos atrativos turísticos, à infraestrutura de apoio ao turismo e aos equipamentos e serviços turísticos. Este projeto possuiu um enfoque e formato que permitiu mapear os novos atrativos turísticos dos

diferentes municípios do Estado e foi concebido para ser uma ferramenta que disponibilizará aos gestores, visitantes e moradores dados confiáveis e atualizados da oferta turística de Pernambuco. Além do exposto acima, as informações coletadas para este inventário permitirão ao Governo do Estado diagnosticar as falhas, pontos críticos, gargalos e desajustes entre a oferta e a demanda. A realização deste inventário também se justificou por possibilitar a hierarquização dos atrativos turísticos existentes, facilitando o processo de planejamento do setor. Mais do que um projeto de inventariação, a sua proposta foi também servir de instrumento de pesquisa para estudantes e pesquisadores da área, como também de instrumento norteador para empresários interessados em investir no turismo.

De acordo com o Ministério do Turismo (2006, p.08), a principal estratégia de operacionalização adotada pelo projeto “é a parceria entre comunidade, sociedade civil organizada, prefeituras municipais, governos estaduais, profissionais do turismo e áreas afins, instituições de ensino e o Ministério do Turismo”. E, sem desmerecer as demais instituições que devem estar engajadas no processo de inventariação, a discussão do presente artigo, como afirmado anteriormente, se dará com foco específico na participação das instituições de ensino pernambucanas uma vez que duas das autoras do presente artigo, além de terem integrado a equipe gestora do inventário, também são docentes do curso de turismo, razão pela qual são apresentados, de maneira crítica, alguns elementos que merecem reflexão e estímulo para se repensar a melhor maneira de engajar as instituições de ensino neste processo. O caso de Pernambuco apresentou-se bastante ilustrativo para esta proposta de reflexão.

Metodologia proposta pelo Ministério do Turismo

Numa conjuntura pós-moderna, o Inventário é visto, do ponto de vista metodológico, como um modelo que vai além, que supera as técnicas existentes. A metodologia de inventariação do MTur, traçou algumas metas para até 2007 e, entre elas, projetou o envolvimento de até 100 instituições de ensino e até 3.000 estudantes. No módulo 6 do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, Sistemas de Informações Turísticas, encontra-se a proposta da reunião de todas as

informações turísticas em um único banco de dados com a sua difusão através de uma ferramenta de comunicação como instrumento base para o planejamento e a gestão da atividade turística no país.

Para que isso efetivamente ocorra, propõe-se inventariar a oferta turística de forma regionalizada levando em consideração a região como um todo, com as suas respectivas peculiaridades de modo que esta se torne parte de um produto ou destino turístico ao trabalhar de maneira integrada com outros municípios, apresentando uma oferta diversificada que proporcione a criação de roteiros que apresentem a identidade local, cultural e territorial de cada um dos municípios existentes.

A metodologia do inventário da oferta turística, por meio da parceria com os Cursos Superiores de Turismo das Instituições de Ensino tinham como premissa básica o levantamento, a identificação e o registro dos atrativos turísticos, serviços e equipamentos turísticos, por parte dos estudantes, bem como o levantamento da infraestrutura de apoio ao turismo, de modo que se tornassem instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística que gerem oportunidades para a regionalização do fenômeno turístico em sistemas locais de produção. A pretensão do Mtur com esse modelo de metodologia é que a inventariação possibilite a composição desse sistema, de modo a organizar um conjunto de informações relacionadas à cadeia produtiva do turismo, a fim de poder trazer uma contribuição efetiva ao setor, uma vez que a inexistência de um sistema padrão, único, que apresente informações sobre a oferta turística do país é uma grande dificuldade encontrada até então.

Participação das IES no Processo de Inventariação da Oferta Turística de Pernambuco

A realização do inventário de Pernambuco não foi efetuada pelo governo do Estado, como anteriormente. Para esta nova metodologia, optou-se por licitar o projeto, que incluía a coleta de informações e o desenvolvimento de um sistema de informações que permitisse a disponibilização dos dados coletados em terminais de auto-

atendimento nas principais destinações turísticas do Estado e também nos principais portões de embarque e desembarque.

A empresa que se responsabilizou pela coleta das informações em Pernambuco, vem atuando no mercado local ao longo de 10 anos prestando consultoria nas áreas de tecnologia da informação, publicidade, comunicação, *marketing* e turismo, sendo membro associado ao Recife *Convention & Visitors Bureau*, desde 2001.

O inventário teve suas atividades iniciadas em agosto de 2008 e finalizadas em março de 2010. Ao longo destes 19 meses, puderam ser contabilizados vários resultados, entre eles: a contratação de 52 pessoas, entre profissionais e estudantes, em caráter permanente ou temporário; várias capacitações para os pesquisadores de modo a reproduzir a metodologia de inventariação da oferta segundo oficina ministrada pelo MTur em Pernambuco, em abril de 2008; aumento da sinergia entre as instituições de ensino e o poder público; aquisição de experiência, por parte dos estudantes, na etapa da inventariação dentro do processo mais amplo de planejamento do turismo.

Nesse projeto, a referida empresa optou por envolver a maior quantidade de turismólogos e estudantes de turismo na sua concepção e execução para atuar na base e no campo. Igualmente a empresa optou por contratar um consultor técnico e um coordenador técnico, ambos com formação de turismólogo(a) para cancelar as atividades desenvolvidas.

A estruturação destas atividades segundo coordenações e equipes, em síntese, podem ser observadas segundo organograma geral abaixo (Figura 1).

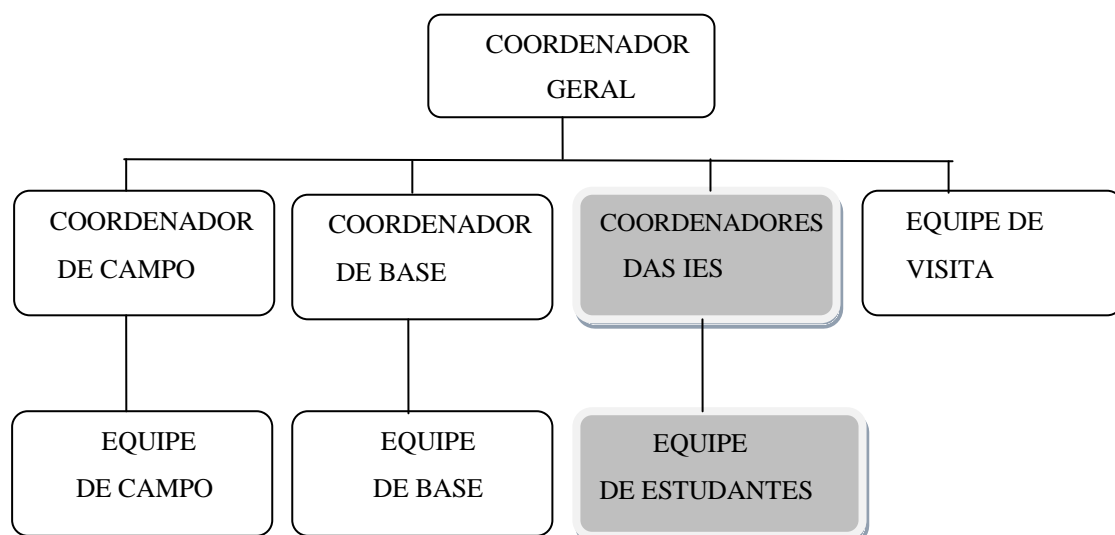


Figura 1: Organograma Geral do Projeto do Inventário Turístico de Pernambuco

Fonte: Daniella Pereira, 2010

A forma como se apresenta a participação das instituições de ensino neste organograma foi a maneira que considerou-se ser a ideal conforme metodologia do MTur que, na última página de todos os seus formulários, insere como primeiro participante da equipe responsável, o coordenador do curso de alguma instituição de ensino. De posse da lista de todas as instituições de nível técnico (Ifets – Institutos Federais de Educação Tecnológica, antigos Cefets – Centros Federais de Educação Tecnológica ou Escolas Técnicas) e superior que têm o curso de turismo entre aqueles por elas ofertados, contatamos os seus coordenadores para explicar o projeto e a metodologia para a sua realização, na intenção de se firmar as parcerias recomendadas pelo Ministério com as IES.

Inicialmente, a parceria se pautaria pelo seguinte: em se tratando da determinação das regras quanto ao plano de trabalho, seriam estabelecidos prazos de execução, seriam indicados os alunos e professores responsáveis (designados pela coordenação) para serem capacitados, haveria a seleção dos alunos para as atividades de campo e de base e seria estabelecida a melhor forma de interação entre as equipes de trabalho e a empresa.

Caberia às IES indicarem o professor e assegurar o acompanhamento dos trabalhos pela coordenação do curso, dar suporte aos alunos ao longo da execução dos trabalhos, disponibilizar o transporte e o lanche. À empresa responsável, apenas no âmbito dos trabalhos de campo, caberia capacitar todos os envolvidos tanto na metodologia do MTur quanto no manuseio do equipamento, fornecer os certificados de participação no projeto, disponibilizar o equipamento, os crachás de identificação, as camisas e os bonés, além da formalização do contrato de estágio.

Entretanto, uma minoria de coordenadores questionou estes termos e afirmou que a proposta de trabalho significava que a empresa estava se esquivando das suas responsabilidades de inventariação e transferindo-as para as IES. Cabe ressaltar primeiramente que se tratava de uma parceria, por esta razão ela requer contrapartida de ambos os lados. Importa destacar ainda, que o trabalho de inventariação no campo tinha,

na coleta de dados, apenas uma das suas etapas, dado que a equipe de base, também formada por estudantes de turismo em sua maioria, se responsabilizava pelo recebimento diário das informações coletadas e pelo crivo no preenchimento correto das informações, para em seguida dar início à primeira fase de validação dos dados coletados, que só era completada com a validação final por parte dos turismólogos também da equipe de base, que ficava em Recife, na sede da empresa.

É claro que, também na qualidade de docentes, acompanhou-se muito de perto a situação das dificuldades tanto financeiras, quanto da quantidade de alunos matriculados nos cursos de turismo, sobretudo nos da iniciativa privada, estabelecimentos em quantidade bem maior que o encontrado nas universidades públicas deste país, e Pernambuco não foge à regra. Mas com este impasse, instalou-se o primeiro dos problemas detectados com as IES.

Diante de tal fato, a coordenação geral do projeto decidiu não fazer a parceria com elas, mas diretamente com os seus alunos. Todos os estudantes selecionados, ao longo da prestação do serviço, receberam: bolsa-salário, vale-transporte, auxílio-alimentação, duas camisas, boné e crachá com a identificação do projeto, além do PDA⁴ e do filtro-solar, bem como todos tiveram o seu contrato devidamente formalizado junto à empresa, na modalidade de estágio. Além destes benefícios, todos os envolvidos foram capacitados segundo a metodologia de MTur, sendo que para parte deles a capacitação ocorreu nas instalações da empresa e a outra parte, nas próprias instituições de ensino.

Estas parcerias envolveram aproximadamente 40 estudantes vinculados a instituições da Região Metropolitana do Recife (UFPE, Faculdade Maurício de Nassau, FACOTUR – Faculdade de Comunicação e Turismo de Olinda, FACIPE – Faculdade Integrada de Pernambuco, FSH – Faculdade Santa Helena, FAFIRE – Faculdade Frassinetti do Recife, FAPE – Faculdade de Pernambuco), do Agreste (FAVIP – Faculdade do Vale do Ipojuca) e do Sertão (IFET-Petrolina). Com o intuito de apresentar um trabalho de qualidade, buscou-se entre as IES aqueles egressos que se destacaram ao longo do curso e que tivessem alguma experiência com pesquisa de

⁴ PDA - *Palm Top* utilizado pelos pesquisadores como instrumento de coleta de dados, que já vinha com todos os formulários do MTur, GPS e câmera fotográfica instalados.

campo para fazer parte da equipe que trabalharia diretamente nos municípios, como uma equipe de campo permanente; e também para compor a equipe de base para efetuar a validação final dos dados coletados.

Foram contratados 10 profissionais turismólogos oriundos das seguintes IES: UFPE, ESTÁCIO/FIR, FACIPE, FSH E FAVIP. Esta parceria objetivou trazer como benefício para os estudantes: estágio curricular com registro na carteira de trabalho, oportunidade de conhecer melhor as potencialidades e limitações para o desenvolvimento do turismo nas cidades selecionadas e rara oportunidade de envolvimento efetivo na atividade de inventariação, vista como primeiro passo para o planejamento turístico de qualquer destinação.

Outro problema alegado pelas IES foi que seria impossível, do ponto de vista da falta de tempo e também no quesito das finanças, disponibilizar um docente para acompanhar os alunos no campo diariamente e ao longo de semanas, às vezes até, meses. Alguns coordenadores informaram que este projeto poderia ser trabalhado no âmbito acadêmico como um projeto de extensão, destinando ao docente, duas horas/semana dedicadas ao projeto e remunerando-o segundo esta proposta. Naturalmente, ela não atendia às necessidades do projeto, que demanda dedicação integral e diária na supervisão dos estudantes no trabalho de campo. Este foi, sem dúvida, um dos pontos mais polêmicos e lícitos nesta discussão. Ao final, esta foi mais uma das razões para não se viabilizar a parceria com as Instituições de Ensino Superior. Para tanto, a solução encontrada foi a contratação e treinamento de turismólogos para supervisionarem os estudantes, conforme mencionado acima.

Um outro problema verificado para o trabalho com os estudantes foi a limitação das horas de trabalho fixadas legalmente no contrato de estágio, que não podiam ultrapassar as 6 horas/dia. Sabe-se que um trabalho de inventariação requer disponibilidade em tempo integral dos pesquisadores, uma vez que alguns atrativos/equipamentos estão situados em locais de difícil acesso ou na zona rural.

Assim, o correto seria a contratação de duas equipes, uma para render a outra e, para tal fim, haveria a necessidade de disponibilizar transporte para trazer a equipe de campo de volta para a empresa e levar a próxima equipe para o campo. Esta estratégia iria incorrer em gastos impensáveis para o orçamento do projeto. Além deles, também

haveria perda de tempo em função dos deslocamentos e dos congestionamentos encontrados numa metrópole, como é o Recife. Um outro agravante que contribuiu também para inviabilizar a contratação de equipes para o turno da tarde foi a qualidade do equipamento (*Palmtop*) cuja câmera fotográfica não tinha *flash*. Por esta razão, os trabalhos começavam muito cedo, pois tinham que terminar também bastante cedo, por volta das 17hs ou 17:30hs variando em função da estação do ano, especialmente no período do inverno, pois do contrário não se obteria fotos de qualidade. Razão pela qual um dos critérios adotados para a seleção dos estudantes que formaram a equipe de campo, foi estudar à noite.

A solução encontrada e previamente acordada com os estudantes, que desejavam efetivamente participar do projeto, foi trabalhar mais de 6 horas/dia, por dias seguidos e com direito às folgas, mas que o registro das horas trabalhadas seria feito considerando 6 horas/dia de trabalho distribuídas em mais dias do que aqueles efetivamente trabalhados, sendo esta a melhor alternativa para fazer jus às horas trabalhadas e para totalizar a quantidade de horas de estágio exigidas pela legislação.

Apesar destes ajustes, o tempo efetivamente dedicado à coleta de campo não se iniciou em agosto/2008 e sim em maio/2009 havendo sido concluído em fevereiro/2010. É preciso destacar que, em função do reduzido tempo, a empresa teve que trabalhar em mais de uma ocasião, com equipes simultâneas, havendo a necessidade de realizar capacitações dos estudantes e profissionais selecionados, com alguma frequência. Para operacionalizar a logística, foram adquiridos 3 veículos, sendo dois automóveis pequenos e uma van.

A parceria com a Faculdade do Vale do Ipojuca/FAVIP, situada em Caruaru (Agreste do Estado), contou com a adesão de 4 estudantes, acompanhados por um coordenador de campo e por mais uma estudante de turismo, ambos do Recife, deslocada da equipe de base com o objetivo de acelerar os trabalhos nos 7 municípios selecionados nesta região. Como uma das autoras deste artigo era, à época, professora desta instituição, ela se responsabilizou pela capacitação dos estudantes. Com eles, o trabalho obedeceu à seguinte rotina: deslocamento com hospedagem nos municípios selecionados e trabalhos realizados aos sábados, domingos e segundas-feiras até às 16hs aproximadamente, dado que os alunos deveriam estar em sala de aula às 19hs, pois

ainda estavam no período letivo. Para tanto, neste ritmo, a conclusão do trabalho nos 7 municípios levou quase três meses.

Ao mesmo tempo, no Sertão do Estado, começavam os trabalhos junto ao curso de Turismo do Cefet-Petrolina que, por meio de seleção, disponibilizou 6 estudantes. A capacitação na metodologia do Inventário foi repassada para a coordenadora do curso, que veio até Recife às expensas da empresa responsável pelo projeto de inventariação, e ficou durante 1 semana participando da capacitação realizada pela mesma, e acompanhando a rotina de trabalho da equipe de campo em Caruaru, no intuito de repassar a metodologia de trabalho para o estudantes de Petrolina. Com este grupo, foi disponibilizado outro coordenador de campo, turismólogo, inicialmente integrante da equipe de campo de turismólogos-pesquisadores do Recife, mas que já trabalhava na coleta de informações no sertão pernambucano.

Em seguida, iniciaram-se os trabalhos na RMR com a contratação de mais 7 pessoas para reforço da equipe de campo do Recife, que já contava com 6 pessoas. Formaram-se 2 equipes que trabalharam a RMR simultaneamente, e cujos trabalhos iniciaram-se no começo de novembro, com poucos momentos de folga, em virtude do prazo já estar bastante apertado e por, infelizmente, ter coincido com o período da alta estação, não obstante a coordenadora técnica e a consultora do projeto, ambas turismólogas e autoras do presente artigo, terem alertado o coordenador geral para o fato, desde o começo dos trabalhos, que por não ser turismólogo, não conseguiu identificar a preocupação e os alertas feitos pelas técnicas para este fato.

A análise que vem sendo realizada não estaria completa se não fossem mencionados alguns dos principais percalços enfrentados pelos estudantes e turismólogos ao longo da execução do projeto, de modo a utilizar este documento também como um alerta aos estudantes e IES que ainda forem participar do inventário dos seus Estados, e como forma de demonstrar as dificuldades efetivamente encontradas no campo e que, como docentes, quando em sala de aula, muitas vezes não se tem condições de visualizar o tamanho das adversidades que os alunos irão encontrar e as habilidades que terão de demonstrar para alcançarem o objetivo maior, que é finalizar a coleta das informações da melhor maneira possível. Neste sentido, pode-se sintetizar estes desafios na seguinte sub-divisão:

- *Aspectos relacionados ao Turismo*: Inexistência de secretarias municipais de turismo ou a existência desta pasta associada a outras como meio ambiente e cultura, dificultando a formação de uma equipe técnica e, conseqüentemente, desacelerando o ritmo dos trabalhos de inventariação; Alguns municípios não disponibilizaram os interlocutores municipais, demonstrando desinteresse pelo projeto e resultando também em atrasos e em dificuldades para se encontrar ou ter acesso a alguns atrativos/equipamentos turísticos.

- *Aspectos Operacionais*: Fatores relacionados às condições climáticas e de acesso também restringiram algumas ações em função da chuva, calor, estradas inadequadas para o deslocamento dos carros, associada a não disponibilização, por parte de algumas prefeituras dentro da proposta de parceria, de veículos apropriados para se chegar aos locais como motos, carros com tração. Além desses fatores, pode-se destacar também pista com buracos, matagal, atoleiro, lama, cheias, pontes interrompidas, propriedades particulares sem permissão para visitação etc.; informações não repassadas pelos municípios, apesar das efetivas solicitações, no tocante à infra-estrutura de apoio ao turismo e em se tratando das informações previamente solicitadas sobre artesãos, agremiações carnavalescas, grupos folclóricos e artistas plásticos, não obstante a utilização de carros de som; das entrevistas concedidas pelo coordenador da equipe de campo a algumas rádios nos municípios, convocando os artesãos e os representantes das categorias citadas acima a comparecerem à prefeitura para atualização das informações, ainda assim, teve-se lacunas de informação nestas categorias em muitos municípios.

Entretanto, considerando que o inventário estará inserido em um sistema aberto, que permitirá atualizações permanentes, espera-se ainda poder contar com a sensibilização das prefeituras para encaminharem ao governo do Estado, as informações faltosas.

Considerações Finais

Naturalmente, o fato de se ter explicitado em que circunstâncias se deram a participação dos estudantes e das IES pernambucanas neste projeto, ainda assim estes fatos não abarcam nem englobam a dimensão das dificuldades encontradas em campo e

ao longo do projeto. Entretanto, a persistência, o comprometimento e a responsabilidade de todos os envolvidos, especialmente os estudantes, não deixa dúvidas de que a participação deles continua sendo fundamental, embora possa ser um pouco mais restringida, dadas as limitações, sobretudo do calendário acadêmico e das condições legais impostas para o quantitativo de horas a serem trabalhadas.

Para aqueles que tiveram o privilégio de ingressar no projeto, com todos os seus percalços que incluíram a falta de preparo das prefeituras, o descaso de alguns municípios e o rechaço de alguns empresários, a desenvoltura e a seriedade das equipes foram fundamentais.

Enquanto docentes e co-responsáveis pelo inventário de Pernambuco, entendeu-se, portanto, que a participação dos estudantes continua a ser importante pois deve ser percebida como de rara oportunidade de aprendizado e de ampliação da rede de relacionamentos com o *trade* turístico, permitindo-lhes maior empregabilidade.

Referências

BISSOLI, Maria Ângela. Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação. 2.ed. São Paulo. 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). *Projeto Inventário da Oferta Turística*. Brasília: MTUR, 2006.